

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Ciências Econômicas - Departamento de Ciências Contábeis



GPACC

Grupo de Pesquisa Aplicada em Contabilidade e Controladoria

<http://egpacc.wix.com/gpacc>

<http://plsql1.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0333602FR08HT3>

Projeto

**Controladoria e Transparência de aplicações
dos recursos oriundos do Acordo Judicial
firmado entre MPMG e Anglo Ferrous
Minas--Rio Mineração S/A nos autos do
processo de Ação Civil Pública n.
0175.09.013968-4 da Comarca de Conceição
do Mato Dentro**

Belo Horizonte, dezembro/2014.

Nome do Responsável/Coordenador: Prof. Poueri do Carmo Mário

Inscrição na UFMG: 195693- CPF:806.299.466-04

Categoria e Nível Funcional:ADJUNTO IV

Titulação:DOCTOR (Regime de Trabalho T-20)

Título:

Controladoria e Transparência de aplicações dos recursos oriundos do Acordo Judicial firmado entre MPMG e Anglo Ferrous Minas--Rio Mineração S/A nos autos do processo de Ação Civil Pública n. 0175.09.013968-4 da Comarca de Conceição do Mato Dentro

Caracterização:

Prestação de Serviço(demanda por parte do MPMG – Conceição do Mato Dentro)

Escopo:

Controladoria com foco no monitoramento e na *accountability* da gestão de recursos derivados de acordo judicial aplicados em projetos socioambientais da comarca de Conceição de Mato Dentro e região (Serro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim). Acompanhamento da efetividade dos gastos e investimentos socioambientais realizados pelos projetos que receberem aporte da conta judicial remunerada, por meio de relatórios consubstanciados da prestação de contas de cada projeto.

O objeto da controladoria deve consistir no monitoramento e *accountability* para a gestão de recursos a serem aplicados em projetos socioambientais na comarca de Conceição de Mato Dentro e região.

Desenvolvimento de um portal de transparência da gestão e execução dos recursos orçamentários de cada projeto, contendo, além disso, uma breve explanação de cada projeto e seus objetivos/produtos/metaspelo mesmo, será possível desenvolver e apresentar indicadores de gestão e desempenho, almejando demonstrar e prestar contas da efetividade das ações realizadas pelos proponentes de projetos aprovados pela Comissão de Seleção e Acompanhamento de Projetos.

Objeto:

O objeto será a conta judicial remunerada (fundo) constituída com os recursos advindos do acordo judicial firmado entre MPMG e Anglo Ferrous Minas--Rio Mineração S/A

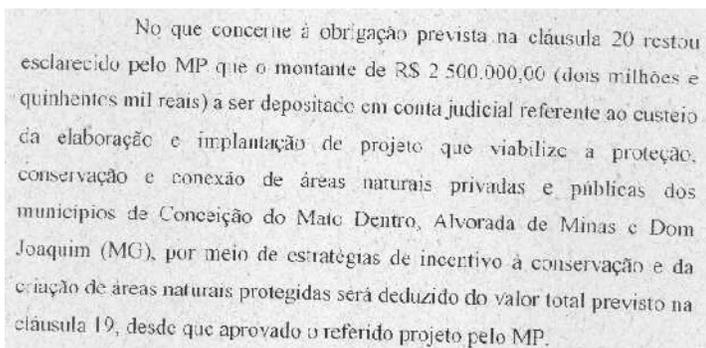
nos autos do processo de Ação Civil Pública n. 0175.09.013968-4 a serem utilizados conforme disposto no acordo derivado da ação (clausula 19) e no regimento interno da Comissão de Seleção e Acompanhamento de Projetos.

A conta judicial remunerada (fundo) será constituída por meio de aportes de recursos da empresa Anglo Ferrous Minas – Rio Mineração S.A., que deverão totalizar R\$ 23.390.000,00, os quais serão aplicados em projetos socioambientais e em seu próprio custeio, enquanto ação dos projetos aprovados. Parte do fundo constituído (R\$2,5 milhões) é destinada para fim específico conforme o acordo judicial e ata de audiência.

Acordo Judicial:

20) A COMPROMISSÁRIA obriga-se a custear a elaboração e implantação de projeto, que deverá ser submetido a aprovação do órgão ambiental estadual competente, que viabilize a proteção, conservação e conexão de áreas naturais privadas e públicas dos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim (MG), por meio de estratégias de incentivo à conservação e da criação de áreas naturais protegidas, mediante o pagamento de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) a ser depositado em conta judicial à disposição do Juízo Competente.

Ata:



No que concerne à obrigação prevista na cláusula 20 restou esclarecido pelo MP que o montante de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) a ser depositado em conta judicial referente ao custeio da elaboração e implantação de projeto que viabilize a proteção, conservação e conexão de áreas naturais privadas e públicas dos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim (MG), por meio de estratégias de incentivo à conservação e da criação de áreas naturais protegidas será deduzido do valor total previsto na cláusula 19, desde que aprovado o referido projeto pelo MP.

Objetivo e período de execução:

Objetiva-se com este projeto dar o apoio para a maximização da aplicação dos recursos, garantindo e potencializando a efetividade dos resultados socioambientais, culturais e urbanísticos dos projetos aprovados pela Comissão. Isso se dará por meio de uma Controladoria para acompanhamento dos recursos da conta judicial remunerada

(fundo) e das suas prestações de contas inerentes aos projetos subsidiados, e da apresentação de resultados via Portal de transparência (internet) da gestão dos recursos e dos produtos socioambientais gerados.

Estado atual: dois projetos recepcionados (Cáritas e Polos-UFMG/Fundep), com o apoio dos recursos do citado fundo, que envolverão mais de 180 projetos (ações) na Comarca de Conceição de Mato Dentro, Serro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim.

O período de desenvolvimento deste projeto será de 36 (trinta e seis) meses, a contar da aprovação pela Comissão e da liberação de recursos, estendido, se necessário e em comum acordo das partes, por prazo igual ao dos novos projetos subsidiados pelo restante de recursos da conta judicial remunerada (fundo) ainda disponível ao final do prazo de 36 (trinta e seis) meses.

Justificativa:

Existe uma demanda (factual), devido à necessidade de acompanhamento da aplicação dos recursos da conta judicial remunerada (fundo) por meio dos projetos aprovados pela Comissão.

Uma das ações para se buscar a efetividade e maximização da aplicação dos recursos está prevista no item 4 do Procedimento Interno do MPMG – PROPS referente a este caso:

“4) Estabelecer mecanismos de controle e transparência na aplicação dos recursos;”

E para tal, há de se fazer o uso dos recursos existentes e da associação com parceiros especializados para o atendimento de tal finalidade específica.

Dessa maneira, podemos inserir o referido projeto no âmbito do conhecimento sobre *accountability* e de controladoria (com uso de indicadores), ao considerarmos o contexto que envolve esses assuntos e as entidades do primeiro e do terceiro setores.

Levando em consideração que parte considerável dos recursos arrecadados pelas entidades sem fins lucrativos têm como origem subsídios governamentais, doações de empresas privadas e da sociedade, segundo Pace (2009), os gestores, o governo e a

sociedade necessitam saber de forma clara e transparente o valor dos recursos recebidos, de que forma isso é feito e a sua aplicação, e se as atividades desenvolvidas, realmente geram benefícios para a sociedade. Essas informações ajudam a todos os interessados a procederem à análise sobre a gestão dessas entidades.

A transparência, portanto, mostra-se como uma questão intrínseca às entidades sem fins lucrativos e a Contabilidade, por meio de mecanismos de evidenciação, pode auxiliar no processo de produção de informação aos diversos usuários, evidenciando os resultados alcançados pela gestão destas entidades (ASSIS et al, 2006).

De acordo com Libonati et al (2004), a Contabilidade tem por fim munir todos os usuários de sua informação, sejam eles internos ou externos, com as diretrizes e demais respostas necessárias à condução da entidade. Por esse processo, a contabilidade pode alcançar o fim a que se propõe, por meio de uma adequada mensuração dos eventos cabíveis que venham a impactar o patrimônio das entidades.

Tem o Ministério Público, naturalmente, a característica de velar pelo uso e aplicação de recursos públicos ou trazidos ao controle do ente público (MÁRIO; PAULA; ALVES; 2013a). Assim, compete ao mesmo servir de exemplo no processo de *accountability* e de como se realizar a correta controladoria de gastos e de sua aplicação, em termos de *outcome* (resultado), visto a utilização de instrumentos de controladoria ser tão escassa e ainda incipiente em entidades de terceiro setor, conforme Mário *et al* (2013b).

Em síntese, a informação contábil tem um sentido amplo, pois não apresenta um limite de conteúdo, enquanto a evidenciação se preocupa com a formatação e delimitação da apresentação da mesma ao usuário final, buscando conferir relevância daquela a essa. Neste contexto, o processo de *accountability* deverá contemplar um mecanismo de apresentação e disponibilização de dados e informações que permitam ao usuário analisar e conferir se os mesmos estão produzindo informação relevante para suas decisões e permitindo suas avaliações.

Segundo Verrecchia (2001), não existe uma teoria bem integrada sobre divulgação (evidenciação). Propõe, em seu estudo, categorizar vários modelos a respeito da Teoria da Divulgação, sugerindo assim três categorias de pesquisa:

- a) Divulgação baseada na associação – identificar a relação entre a divulgação e as mudanças no comportamento dos investidores;
- b) Divulgação baseada na discricionarieidade – identificar como os agentes decidem divulgar determinadas informações;
- c) Divulgação baseada em eficiência – identificar quais as melhores formas de divulgação, mais preferidas e eficientes, sem a percepção das informações já evidenciadas.

Segundo Yamamoto e Salotti (2006, p. 82), a divulgação pode ser de dois tipos: obrigatória e voluntária. Segundo os favoráveis à divulgação voluntária, as empresas possuem motivação suficiente para divulgar as informações requeridas pelos investidores e o estímulo da divulgação voluntária tem como consequência a melhoria informacional, pois se considera que a divulgação obrigatória é reativa enquanto a voluntária é proativa.

Esses mesmos autores, apresentam que, de acordo com a literatura sobre evidenciação contábil, os níveis desta podem ser classificados em três categorias:

- a) Divulgação Completa – todas as informações são relevantes e devem ser divulgadas;
- b) Divulgação Justa – pressupõe o tratamento equitativo a todos os usuários;
- c) Divulgação Adequada – divulgação de informações somente quando são relevantes para os usuários.

Acredita-se que este projeto ensejará o desenvolvimento de uma percepção sobre a divulgação e seu impacto no processo de *accountability*, o que permitirá o desenvolvimento de pesquisas sobre o mesmo, bem como sobre *reporting* e indicadores de desempenho e de resultados. Dá-se, assim, a característica integradora e de indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino, fundamentada pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases. Não é o objeto em si do referido projeto de extensão, mas torna-se instigante para os pesquisadores aqui envolvidos e de interesse particular dos mesmos e da UFMG no processo de geração e divulgação de conhecimento.

Produtos e suas atividades:

Produto 1 – Controladoria

Responsável Técnico: Prof. Poueri do Carmo Mário

a) Acompanhamento da conta judicial remunerada(fundo)

Atividade: Conciliação mensal do fundo (conta vinculada) – verificação e controle do valor depositado ou a depositar, para fins de acompanhamento de recursos disponíveis e consequente prestação de contas à sociedade e à Comissão de Seleção e Acompanhamento de Projetos.

b) Análise de projetos propostos (orçamento) - Proposta

Atividade: Verificação da viabilidade financeira (consistência) – análise de orçamentos contidos em projetos propostos para subsidiar a análise pela Comissão de Seleção e Acompanhamento de Projetos.

Atividade: Parecer técnico – apresentação de análise técnica da necessidade dos recursos para a viabilidade da proposta (economicidade e efetividade).

c) Análise por projetos em execução - Prestação de Contas

Atividade: Verificação da execução do orçamento – acompanhamento dos projetos aprovados e de seus produtos (subprojetos), *in loco* e por amostragem, em termos de realização de gastos e dos repasses dos fundos para seu custeamento.

Atividade: Verificação da aplicação de recursos em conformidade com objeto/objetivo – análise da utilização dos recursos nos devidos projetos e subprojetos (*in loco* e por amostragem¹), identificando a aplicação do recurso para uma contribuição socioambiental, cultural e urbanística (conforme proposta do projeto em análise).

Atividade: Relatório individual de acompanhamento – elaboração e entrega à Comissão de relatórios periódicos de acompanhamento por projeto.

d) Indicadores de avaliação e desempenho (Modelo de *Accountability*)

¹ Todos os projetos e seus subprojetos (ações) serão analisados e acompanhados ao longo do período que compreende este projeto.

Atividade: Desenvolvimento de indicadores financeiros e não-financeiros – pesquisa e levantamento de conjunto de indicadores aplicáveis ao contexto de projetos socioambientais para fins de análise de desempenho.

Atividade: Mapa de desempenho de projetos / aplicação do fundo – modelagem de um mapa de escoreamento para controle e apresentação comparativa de todos os projetos subsidiados com os recursos do fundo.

Atividade: Prestação de contas geral (desenvolvimento e aprimoramento) – desenvolvimento de relatórios e informes que contemplem o modelo de *accountability* proposto ao contexto do fundo e de sua utilização, desenvolvendo um modelo de divulgação específico para este tipo de prestação de contas que atenda aos requisitos legais e de informação ampla e aberta à sociedade em geral.

2 - Portal da transparência

Responsável Técnico: Prof. Rafael Morais de Souza

a) Estruturação da ferramenta

Atividade: Levantamento de viabilidade técnica para operação – definição da infraestrutura de tecnologia necessária para execução do projeto, do local e dos custos de hospedagem do sistema, do sistema gerenciador de banco de dados, do *framework* para gestão de conteúdo e do método de desenvolvimento.

Atividade: Levantamento de requisitos – definição dos requisitos funcionais (funcionalidades que o sistema irá prover aos usuários) e não-funcionais (de sistema e operação).

Atividade: Prototipação do portal – modelagem/desenho inicial do Portal.

b) Implementação da ferramenta

Atividade: Codificação do sistema – programação das funcionalidades elicitadas.

c) Teste de performance/usabilidade

d) Inserção de dados e informações específicas

Atividade: Modelagem da informação final para os usuários.

- e) Manutenção da ferramenta/dados/informações(de acordo com padrão operacional desenvolvido na documentação do Portal)

Considerações Finais

O Projeto, após aprovado pela Câmara Departamental do Departamento de Ciências Contábeis, será encaminhado ao CENEX / FACE / UFMG para as devidas providências institucionais. Ressalta-se que se trata de uma proposta neste momento.

O mesmo será enviado no padrão da Fundação Ipead, sendo este documento uma minuta para subsidiar nossas discussões e acertos finais.

Apresentação da Fundação IPEAD

A Fundação IPEAD, entidade sem fins lucrativos, é credenciada pelo Ministério da Educação - MEC e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT como fundação de apoio à Faculdade de Ciências Econômicas - FACE da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Criada em 1948 por iniciativa de professores da FACE/UFMG, com o apoio de instituições dos segmentos comercial, financeiro e industrial do Estado, a Fundação IPEAD possui reconhecimento nacional pelo desenvolvimento de metodologias que atendem aos mais rigorosos padrões científicos, além de produzir indicadores de acordo com critérios técnicos atualizados.

A Fundação IPEAD tem como principais finalidades: prestar apoio às atividades de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento institucional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, efetuar pesquisas, estudos teóricos e aplicados, prestar serviços de consultoria e assessoria, ministrar treinamento especializado com o objetivo científico ou profissional, relacionados com as ciências econômicas, administrativas, contábeis, demográficas e afins.

Em função de sua natureza estatutária e de suas finalidades, a Fundação vem sendo contratada por dispensa de licitação baseado nos termos do inciso XIII, do art.24, da lei 8.666 de 21/06/93.

A Fundação IPEAD vem atuando em cooperação com entidades nos âmbitos federal, estadual e municipal, e com instituições privadas tais como Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, BDMG, CREDIMINAS, CEMIG, COPASA-MG, Correios, BHTRANS, IBGE, Fundação João Pinheiro, Fundação Zoobotânica, Hospital das Clínicas e Odilon Behrens, Imprensa Oficial de MG, IPEA / Nações Unidas, ANVISA, ANS, Ministério do Trabalho, Plantar, Prefeituras de Belo Horizonte, São Paulo, Betim, Contagem, Jaboticatubas, Caeté, Itabirito, Ribeirão das Neves e Itabira, Associação dos Municípios do Lago de Furnas - ALAGO, FAGV, CREDIMINAS, Sindicato das Concessionárias e Distribuidoras de Veículos de MG, Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado de Minas Gerais, Tribunal de Alçada, dentre outros.

Referências

ASSIS, M. S.; MELLO, G. R.; SLOMSKI, V.. Transparência nas Entidades do Terceiro Setor: A demonstração do resultado econômico como instrumento de mensuração de desempenho. *Anais do 3º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo, 2006.

LIBONATI, J. J.; RUIZ, E.; CATAO, G..A Contabilidade como um Sistema de Informação de Apoio ao Processo Decisório nas Entidades do Terceiro Setor. *Anais do X Congresso de Contabilidade*, 2004, Lisboa. 2004.

MÁRIO, P.C.; PAULA, C.L.S.; ALVES, A.D.F..Evidenciação das Fundações Privadas de Belo Horizonte: Prestação de Contas e Qualidade da Informação. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v.15, n. 56, p.29-41, jan-abr 2013a.

_____; ALVES, A.D.F.; CARMO, J.P.S.; SILVA, A.P.B.; JUPETIPE, F.K.N..A Utilização de Instrumentos de Contabilidade Gerencial em Entidades do Terceiro Setor. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.64-79, jan-abr 2013b.

PACE, E.S.U..**Metodologias de Avaliação de Desempenho com a Criação de Valor como Contribuição ao Planejamento das Organizações sem Fins Lucrativos**. São Paulo, 2009. 395p. Tese Doutorado Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

VERRECCHIA, R.E..Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, n° 32, p. 97 – 180, 2001.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M.. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.